



CÓD:OP-096JH-22
7908403524754

FGV

GABARITANDO

550 questões Gabaritadas

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	17
3. Informática	27
4. Direito Penal	37
5. Direito Civil	53
6. Direito Processual Penal	69
7. Direito Processual Civil	89
8. Direito Constitucional	107
9. Direito Administrativo	125

LÍNGUA PORTUGUESA

PORTUGUÊS

1: FGV - Esc Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Assinale a frase em que se comete um **erro** de grafia.

- (A) A seção em que trabalho é a mais procurada.
- (B) A adolescência é uma fase difícil.
- (C) Essas coisas nunca passam despercebidas.
- (D) Nunca mais vi aqueles facínoras.
- (E) Chegaram as encomendas através do correio.

2: FGV - CM (CM Aracaju)/CM Aracaju/ Administrativo/2021

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

“Convém, a quem nasce, muita cautela na escolha do local, do ano e dos pais.”

O verbo “nascer” é grafado com SC; a palavra abaixo que também deveria ser escrita com essas letras é:

- (A) docente;
- (B) indecente;
- (C) fluorecente;
- (D) precisão;
- (E) concisão.

3: FGV - Sold (CBM AM)/CBM AM/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

Assinale a frase a seguir em que a expressão todo / todo o está bem empregada.

- (A) Alguns divórcios são amigáveis, mas todo o casamento é litigioso.
- (B) Um estadista é um homem calmo que conta todo trabalho como algo sério e importante.
- (C) Todo o mundo é oportunista, mas nem todos sabem sê-lo com oportunidade.
- (D) A arte da guerra consiste em vencer todo o inimigo sem combater.
- (E) Os ventos e as ondas estão sempre ao lado de todo o timoneiro.

4: FGV - AFRE ES/SEFAZ ES/2021

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Assinale a opção em que a expressão sublinhada está adequadamente empregada.

- (A) Graças à inflação, os preços dispararam.
- (B) Cerca de 37,4% dos preços subiram.
- (C) Todos estamos afim de enriquecer.
- (D) O capitalista foi de encontro a um grande negócio.
- (E) Ao invés de ganhar, todos tiveram prejuízo.

5: FGV - Estag (MPE BA)/MPE BA/Direito/2022

Assunto: Formação e Estrutura das palavras

Sabendo-se que o radical cultura entra na composição de muitos vocábulos com o significado de “criação, cultivo; cuidado, exame”, a palavra que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) piscicultura: cultura de pêssegos;
- (B) triticultura: cultura de trigo;
- (C) monocultura: criação de macacos;
- (D) ranicultura: cultura de ramos alimentícios;
- (E) canicultura: cultura de cana-de-açúcar.

6: FGV - Ag Pol (RN)/PC RN/2021

Assunto: Artigo

Texto 1

“A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo

justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por seguidas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;
- (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;
- (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;
- (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;
- (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

7: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Administrador/2021

Assunto: Substantivo

Observe as seguintes frases de e-mails, prestando atenção ao emprego de diminutivos:

1. João está bem, mas deve tomar cuidadinho.
2. Estou um pouquinho cheio deste trabalho.
3. Ela faz uma coisinha qualquer e logo a mãe baba.
4. Pouco a pouco vou aprendendo um pouquinho mais.

O que se pode depreender do emprego desses diminutivos é que há em:

- (A) (1) uma recomendação ao comportamento de João;
- (B) (2) uma maior intensidade na afirmação;
- (C) (2) e (4) idêntico valor;
- (D) (3) um valor afetivo;
- (E) (4) um valor irônico.

8: FGV - AUFC (TCU)/TCU/Controle Externo/Auditoria Governamental/2022

Assunto: Adjetivo

Abaixo está o início de um conto de Lygia Fagundes Telles, denominado A Ceia.

“O restaurante era modesto e pouco frequentado, com mesinhas ao ar livre, espalhadas debaixo das árvores. Em cada mesinha, um abajur de garrafa projetava sobre a toalha de xadrez vermelho e branco um pálido círculo de luz.”

Todos sabemos que os termos de um texto podem indicar valores bem variados. Nesse segmento foram sublinhados alguns que funcionam como adjetivos; a afirmação correta sobre um deles é:

- (A) o adjetivo “modesto” indica uma qualificação do restaurante por parte do narrador e não é acompanhado de nenhum termo que o justifique;
- (B) o adjetivo “pouco frequentado” mostra uma qualificação do substantivo restaurante, indicando uma clientela de elite;
- (C) a locução adjetiva “de garrafa” indica o material de que é feito o abajur, destacando simultaneamente a qualidade sofisticada do restaurante descrito;
- (D) os adjetivos “vermelho e branco”, que indicam características, podem trazer informações implícitas sobre a nacionalidade da comida no local;
- (E) o adjetivo “pálido”, que indica uma relação, mostra uma intensidade da luz, com o valor implícito de decadência e pouca qualidade do restaurante.

9: FGV - Red (CM Aracaju)/CM Aracaju/2021

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Texto 2

“De repente, um índio jovem, neto do tuxaua Senembi, o Camaleão, que integrava a expedição de Carrasco, se aproxima de um dos cativos (que estava preso pela muçurana), bate nele brandamente, várias vezes, com a mão espalmada, e reivindica a sua posse, alegando que fora ele, neto de Senembi, quem primeiro tocara aquele inimigo, durante a luta – circunstância que lhe garantia o direito de executá-lo.” (Alberto Mussa, A primeira história do mundo, p. 129)

“...que integrava a expedição de Carrasco...” (**texto 2**); a forma verbal sublinhada está no pretérito imperfeito do indicativo, tempo verbal que indica uma ação:

- (A) completamente passada;
- (B) anterior a outra ação passada;
- (C) em desenvolvimento no passado;
- (D) desenvolvida em futuro próximo;
- (E) passada, de término indeterminado.

10: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Administrador/2021

Assunto: Pronomes de tratamento

Um estudante e um professor, que haviam marcado uma reunião de estudos após as aulas, se encontram no corredor e travam o seguinte diálogo:

- Estudante: Oi, Paulo, você vai estar no seu gabinete amanhã às três horas, não é?
- Professor: Bom, não sei...
- Estudante: Mas, o senhor... (se afasta, contrariado)

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1.(FGV - SOLD (PM AM)/PM AM/2022)

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Em um grupo de 45 soldados, 27 gostam de marchar e 38 gostam de praticar tiro ao alvo.

Sejam:

X: o número de soldados desse grupo que gostam de marchar e também de praticar tiro ao alvo;

Y: o número de soldados desse grupo que não gostam nem de marchar nem de praticar tiro ao alvo.

Nesse caso, é correto afirmar que

(A) X é no máximo 20.

(B) Y é no mínimo 7.

(C) quando $X = 23$, tem-se $Y = 7$.

(D) quando $Y = 7$, tem-se $X = 20$.

(E) quando $Y = 5$, tem-se $X = 25$.

2.(FGV - TEC (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/ENFERMAGEM SAÚDE DO TRABALHADOR/2021)

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Em um grupo de pessoas, 28 falam espanhol e 20 falam inglês. Sabe-se que 4 pessoas não falam nenhum desses idiomas e que 24 pessoas falam apenas um desses idiomas.

O número de pessoas desse grupo é

(A) 40.

(B) 42.

(C) 44.

(D) 46.

(E) 48.

3.(FGV - ADV (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021)

Assunto: Números naturais: introdução, representação, propriedades

Seja N a quantidade de números inteiros pares, de dois algarismos, tais que o algarismo das dezenas é maior do que o algarismo das unidades.

O valor de N é

(A) 45.

(B) 40.

(C) 30.

(D) 25.

(E) 20

4(FGV - AG (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/APOIO OPERACIONAL/2021)

Assunto: Números naturais: introdução, representação, propriedades

No nosso sistema de numeração decimal, a soma de 22 unidades com 13 dezenas e meia e com 14 centenas é igual a

(A)1452 unidades.

(B)1547 unidades.

(C)1552 unidades.

(D)1557 unidades.

(E)1562 unidades.

5.(FGV - SOLD (PM CE)/PM CE/2021)

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em um grupo de 218 soldados, 147 são do sexo masculino e 71 do sexo feminino. Para um treinamento, esses 218 soldados são agrupados, aleatoriamente, formando 109 pares de soldados. Sabe-se que, exatamente, 21 pares têm dois soldados do sexo feminino.

O número de pares de soldados que têm dois soldados do sexo masculino é

(A) 61.

(B) 59.

(C) 57.

(D) 55.

(E) 53.

6.(FGV - ATA (IMBEL)/IMBEL/ALMOXARIFE/2021)

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Uma lanterna, incluindo as duas pilhas alcalinas necessárias para seu funcionamento custa R\$ 50,00. A lanterna, sozinha, custa R\$ 8,00 a mais do que uma pilha.

O preço do par de pilhas é

- (A) R\$ 14,00.
(B) R\$ 20,00.
(C) R\$ 22,00.
(D) R\$ 28,00.
(E) R\$ 30,00.

7.(FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021)

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

O número N é par, está entre 57 e 97, é múltiplo de 7, mas não é múltiplo de 5.

A soma dos algarismos de N é

- (A) 7.
(B) 10.
(C) 12.
(D) 15.
(E) 16.

8.(FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022)

Assunto: Números inteiros (propriedades, operações, módulo etc)

Considere uma operação entre números inteiros maiores do que zero, representada pelo símbolo $\&$ e definida como:

$a\&b = 3a+b$, sendo a e b números inteiros positivos.

Considere também o conjunto C cujos elementos são os números inteiros x, maiores do que zero, tais que $x\&2$ seja múltiplo de 4 e menor do que 40.

O número de elementos do conjunto C é igual a

- (A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

9.(FGV - PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA II/MATEMÁTICA/2021)

Assunto: Números racionais: introdução, representação, propriedades

Considere os números racionais $a = \frac{7}{18}$, $b = \frac{11}{30}$, $c = \frac{19}{48}$.

É correto afirmar que

- (A) $a < b < c$.
(B) $a < c < b$.
(C) $b < a < c$.
(D) $b < c < a$.
(E) $c < b < a$.

10.(FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em um grupo de pessoas, o número de homens é igual ao número de mulheres. Selecionam-se então 2 dos homens 3 das mulheres e forma-se um novo grupo.

$\frac{5}{4}$

Nesse novo grupo, em relação ao total de pessoas, as mulheres representam

- (A) 2 - 3
(B) 5 - 9
(C) 7 - 20
(D) 15 - 23
(E) 17 - 25

11.(FGV - PROF (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/EDUCAÇÃO BÁSICA II/MATEMÁTICA/2021)

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em uma urna há bolas amarelas e bolas não amarelas. Nessa urna, algumas bolas são numeradas e outras não. Nenhuma bola é não amarela e não numerada. Sorteando-se uma bola amarela dessa urna, a probabilidade de ela ser numerada é $\frac{2}{7}$.

$\frac{5}{7}$

Sorteando-se uma bola numerada dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela é $\frac{2}{5}$.

$\frac{1}{5}$

Sorteando-se aleatoriamente uma bola dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela e numerada é:

- $\frac{1}{5}$
(A) $\frac{2}{5}$
 $\frac{1}{5}$
(B) $\frac{3}{5}$
 $\frac{1}{5}$
(C) $\frac{4}{5}$
 $\frac{1}{5}$
(D) $\frac{5}{5}$
 $\frac{1}{5}$
(E) $\frac{6}{5}$

12.(FGV - ADV (IMBEL)/IMBEL/2021)

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Considere as cinco letras da sigla IMBEL. Deseja-se arrumar essas cinco letras em sequência, de modo que tanto as vogais quanto as consoantes apareçam na ordem alfabética, isto é, as vogais na ordem E, I e as consoantes na ordem B, L, M. Por exemplo, uma dessas arrumações é BELMI.

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1.(FGV - AG (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/APOIO OPERACIONAL/2021)

Assunto: Processador (CPU) e Arquitetura de Computador

Num anúncio publicado na Internet, aparece a oferta de um notebook descrito como abaixo.

Intel Core i5-1035G1 8GB 256GB SSD W10

Assinale o significado do trecho 256GB.

- (A) Capacidade da memória principal.
- (B) Capacidade do disco.
- (C) Modelo do processador.
- (D) Resolução do monitor de vídeo.
- (E) Velocidade da CPU.

2.(FGV - AG (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/APOIO ADMINISTRATIVO/2021)

Assunto: Memórias (RAM, ROM, CACHE, HD etc.)

Analise as afirmativas a seguir referentes à comparação entre discos rígidos tradicionais (HD) e discos sólidos (SSD).

- I. HDs em geral são mais baratos.
- II. SSDs em geral são mais rápidos.
- III. SSDs são mais silenciosos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

3.(FGV - ATA (IMBEL)/IMBEL/ALMOXARIFE/2021)

Assunto: Periféricos (Dispositivos de Entrada e Saída)

Nas vendas do varejo, o termo impressora multifuncional refere-se aos equipamentos que, além de imprimir, permitem

- (A) copiar e ler códigos de barras.
- (B) escanear e copiar documentos.
- (C) escanear e ler códigos de barras.
- (D) comunicação remota por meio de Wi-Fi.
- (E) operar com múltiplos graus de resolução.

4.(FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Windows 10

No âmbito do Windows 10, analise as afirmativas a seguir sobre a Barra de Tarefas.

- I. Permite armazenar arquivos frequentemente utilizados.
- II. Permite fixar programas e aplicativos para acesso rápido.
- III. Pode ser usada para abrir o Gerenciador de Tarefas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Questão 5: FGV - Ass Info (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

- (A) desinstalar aplicativos.
- (B) desligar/suspender o computador.
- (C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.
- (D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.
- (E) instalar aplicativos.

6.(FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022)

Assunto: Windows 10

No Windows 10, a utilização da ferramenta administrativa intitulada Defender Firewall volta-se para aspectos referentes

- (A) à segurança do computador.
- (B) ao controle das contas dos usuários.
- (C) ao gerenciamento de memória.
- (D) ao gerenciamento do sistema de arquivos.
- (E) às políticas de backup e recuperação pós falhas.

7.(FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Windows 10

No notebook de Joana, que utiliza o Windows 10 com a configuração usual do mouse, o aplicativo Word 2010 está fixado na Barra de Tarefas. Nesse cenário, considere

que tenha havido um clique com o botão direito no ícone do Word presente na referida barra, e analise as afirmativas a seguir.

I.O aplicativo é aberto com um documento novo, em branco.

II.Se o aplicativo estiver aberto, a janela correspondente é imediatamente minimizada.

III.É aberto um menu no qual uma das opções é desafixar o aplicativo da Barra de Tarefas.

IV.É aberto um menu no qual há uma lista de documentos recentemente abertos por meio do aplicativo.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A)I.
- (B)II.
- (C)III.
- (D)IV.
- (E)III e IV.

8.(FGV - ASS INFO (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Windows 10

No Explorador de Arquivos do Windows 10, há um atalho intitulado Acesso Rápido, onde pastas e/ou arquivos são mapeados para acesso imediato.

São operações válidas de inclusão/exclusão válidas nesse mapeamento, exceto

- (A) exclusão manual de pastas/arquivos.
- (B) inclusão automática das pastas mais utilizadas.
- (C) inclusão automática dos arquivos mais utilizados.
- (D) inclusão manual de pastas/arquivos.
- (E) seleção por tipo na inclusão automática de arquivos.

9.(FGV - SOLD (PM AM)/PM AM/2022)

Assunto: Windows 11

Joana quer descobrir a capacidade, o espaço livre e o espaço usado do drive C: do seu notebook.

Para tanto, depois de clicar com o botão direito sobre o drive no Explorador de Arquivos do Windows, Joana deve usar a opção

- (A) Configurações.
- (B) Expandir.
- (C) Info.
- (D) Propriedades.
- (E) Recolher.

10.(FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Word 2019

Ao preparar uma prova de múltipla escolha, Joana percebeu que toda vez que digita "(C)" o MS Word substitui o trecho pelo símbolo "©" (copyright). Há muitas questões na prova, e Joana quer anular esse efeito.

Para tanto, ela deve acessar

- (A)Adicionar Texto na guia Referências.
- (B)Dicionário de Sinônimos na guia Revisão.
- (C)Opções/Revisão de Texto no menu (guia) Arquivo.
- (D)Ortografia e Gramática/Adicionar ao Dicionário na guia Revisão.
- (E)Partes Rápidas na guia Inserir.

11.(FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022)

Assunto: Word 2019

Em computadores de mesa e notebooks, as operações copiar, colar e recortar são amplamente disseminadas e empregadas pela maioria dos aplicativos, em especial aqueles destinados à edição de textos. Como essas operações são de uso frequente, há atalhos de teclado que permitem comandá-las com rapidez.

No Windows, os atalhos para essas operações são, na ordem,

- (A) Ctrl-C, Ctrl-L e Ctrl-R.
- (B) Ctrl-C, Ctrl-V e Ctrl-X.
- (C) Ctrl-V, Ctrl-X e Ctrl-V.
- (D) Ctrl-Y, Ctrl-V e Ctrl-X.
- (E) Ctrl-Y, Ctrl-V e Ctrl-Z.

12.(FGV - ATA (IMBEL)/IMBEL/ALMOXARIFE/2021)

Assunto: Word 2019

Analise o texto a seguir.

OLIMPÍADAS de Tóquio ²⁰²⁰

Assinale a opção que indica os três efeitos empregados no texto.

- (A) Sombra, subescrito, tachado.
- (B)Sombra, subescrito, versalete.
- (C)Sobrescrito, tachado, versalete.
- (D)Subescrito, tachado, todas maiúsculas.
- (E)Sobrescrito, todas maiúsculas, versalete.

13.(FGV - ASS (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021)

Assunto: Word 2019

Maria recebeu um documento preparado por meio do MS Word, e deseja saber mais detalhes sobre a organização do arquivo, especialmente sobre as quebras (páginas, colunas etc).

Assinale o modo de exibição do Word mais adequado para a identificação desses elementos.

- (A)Estrutura de tópicos.
- (B)Exibição PDF.
- (C)Layout da Web.
- (D)Layout de impressão.
- (E)Leitura em tela inteira.

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. (FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assinale a opção que corresponde a bem jurídico coletivo aparente.

- (A) Meio ambiente equilibrado.
- (B) Administração estatal da justiça.
- (C) Incolumidade pública.
- (D) Ordem econômica.
- (E) Relações de consumo.

2. (FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022)

A Lei nº 4.729/1965 criminalizava a sonegação fiscal, cominando pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multa de duas a cinco vezes o valor do tributo. Essa Lei veio a ser revogada pela Lei nº 8.137/1990, cujo Art. 1º aumentou a pena para 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão e multa.

Em relação à essa mudança legislativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 não pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (B) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência.
- (C) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990 pode ou não ser aplicado às condutas praticadas antes da sua vigência, a critério do Juiz.
- (D) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal excepcional, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.
- (E) O Art. 1º da Lei nº 8.137/1990, por ser lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência.

3. (FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

O princípio da insignificância é compatível com o furto praticado

- (A) por escalada.
- (B) por arrombamento.
- (C) durante o repouso noturno.
- (D) em concurso de pessoas.
- (E) por clandestinidade.

4. (FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021)

Quanto à interpretação da norma penal incriminadora, fica vedada a realização de:

- (A) interpretação declarativa;
- (B) interpretação restritiva;
- (C) interpretação analógica;
- (D) interpretação extensiva;
- (E) analogia in malam partem.

5. (FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Sobre o chamado “direito penal transitório”, houve quebra do princípio da continuidade normativo-típica, com a consequente abolitio criminis por meio da revogação de um tipo penal no caso de:

- (A) apropriação indébita previdenciária;
- (B) crimes contra a honra praticados por meio da imprensa;
- (C) rapto violento ou mediante fraude;
- (D) crimes contra a propriedade industrial;
- (E) roubo majorado pelo emprego de arma branca.

6. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Príapo de um curso preparatório, efetuando cinco disparos com revólver adquirido com aquela finalidade. Tendo alvejado seu alvo e sem munição extra, Ares deixa o local, tomando rumo ignorado. Príapo é socorrido por transeuntes e levado ao hospital, onde permanece internado por dois meses, quando, então, vem a óbito, em razão exclusiva dos ferimentos sofridos.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- (D) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- (E) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

7. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade;
- (C) consunção;
- (D) absorção;
- (E) alternatividade.

8. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

O conceito analítico de crime exige a realização de um comportamento humano.

Um comportamento humano que pode ensejar interesse jurídico-penal e responsabilização do agente que o desempenha é:

- (A) ação por coação física irresistível;
- (B) atos reflexos;
- (C) condutas culposas;
- (D) perda brusca de consciência;
- (E) atos automatizados.

9. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Em relação aos crimes omissivos impróprios, é correto afirmar que:

- (A) se o titular do bem jurídico, com todas as informações disponíveis, conscientemente decide pela autoleção ao bem jurídico, não há obrigação legal de ação do garante para evitar o resultado;
- (B) quando o risco da atividade é dividido entre as partes, cada qual assumindo uma parcela do dever de cuidado, eventual lesão causada por descuido do ofendido pode ser atribuída a título de omissão imprópria;
- (C) o autor responde por cursos desviados ou aventureiros, quando sua conduta resulta numa lesão, que faz surgir a posição de garante, e a vítima, por descuido, aumenta o risco do bem atingido;
- (D) do ponto de vista de imputação objetiva, o princípio da confiança não exclui a responsabilidade pela omissão, mesmo que as circunstâncias concretas permitam confirmar na execução da função atribuída ao garantidor impróprio;
- (E) o compromisso de evitar o resultado desaparece quando a integridade do bem jurídico depender do controle pessoal de determinadas fontes de perigo já existentes ou geradas por alguma ação ou omissão precedente contrária ao direito.

10. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento.

Em tal cenário, o agente responderá por:

- (A) crime culposos;
- (B) crime preterdoloso;
- (C) dolo genérico;
- (D) dolo de perigo;
- (E) dolo geral.

11. (FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

Ao lado das hipóteses de erros essenciais figuram os chamados erros acidentais, que, ao contrário daqueles, incidem sobre elementos não essenciais à configuração do crime, não afetando a decisão a respeito da imputação.

Uma hipótese de erro acidental é:

- (A) erro de tipo;
- (B) erro sobre a pessoa;
- (C) erro de proibição;
- (D) discriminantes putativas;
- (E) erro mandamental.

12. (FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/JURÍDICO/2022)

Sandro foi preso em flagrante ao subtrair um pacote de macarrão, cujo valor era R\$9,00, de um hipermercado do bairro onde morava. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Sandro, mas o magistrado rejeitou a peça acusatória, reconhecendo a incidência do princípio da bagatela ou insignificância. O referido princípio exclui a

- (A) ilicitude.
- (B) tipicidade formal.
- (C) culpabilidade.
- (D) tipicidade material.
- (E) punibilidade.

13. (FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Sobre os pressupostos da imputação objetiva, é correto afirmar que:

- (A) um resultado causado pelo agente apenas pode ser imputado ao tipo objetivo se sua conduta criou um perigo para o bem jurídico coberto por um risco permitido;
- (B) se o agente modifica um curso causal de tal maneira que diminui o perigo já existente à vítima e melhora a situação do objeto da ação, exclui a imputação;
- (C) é possível a imputação ao tipo objetivo ainda que a conduta do autor não eleve de modo juridicamente considerável o risco ao bem jurídico;
- (D) é possível a imputação ao tipo objetivo nas situações cotidianas de atividades, sobretudo as mais arriscadas, que excepcionalmente geram acidentes, quando os mínimos riscos são socialmente adequados;
- (E) não é possível excluir a imputação quando, ainda que o autor haja criado um risco para o bem jurídico tutelado, o resultado não for consequência desse perigo.

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. (FGV - AFFC (CGU)/CGU/CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO/2022)

XX S/A ajuizou ação para a rescisão do contrato atípico que celebrara com a YY Ltda., em virtude de esta ter descumprido o avençado, mas a YY alega que, embora ela tenha dado execução normal ao contrato durante anos, ele não chegou a se constituir de forma válida, porque o instrumento não foi assinado.

Com base no exposto, sua alegação:

- (A) deve ser acolhida, pois os contratos devem ser formalizados por escrito, sob pena de nulidade;
- (B) é respaldada pela função social do contrato, tendo em vista o interesse coletivo na segurança jurídica;
- (C) baseia-se no princípio da intervenção mínima e na excepcionalidade da revisão contratual;
- (D) contraria a boa-fé objetiva, por se contradizer com a legítima expectativa criada pela execução voluntária do negócio;
- (E) deve ser rejeitada, porque a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada.

2. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Jane dá aula de inglês para três estudantes: Cristiano, 16 anos, emancipado voluntariamente por seus pais; Haroldo, 17 anos, universitário; e Andressa, 19 anos, parcialmente interdita e sob curatela porque dilapidava descontroladamente todo o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil, entre os estudantes, são relativamente incapazes:

- (A) Cristiano, Haroldo e Andressa;
- (B) Haroldo e Andressa;
- (C) Cristiano e Haroldo;
- (D) Cristiano e Andressa;
- (E) somente Cristiano.

3. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

João pegou o automóvel de Almir emprestado, mas antes de devolvê-lo, apesar de todo o seu cuidado, foi assaltado e levaram o veículo, que jamais foi localizado novamente.

Diante disso, Almir, perante João:

- (A) não pode exigir nada;
- (B) pode exigir somente o valor de mercado do automóvel;
- (C) pode exigir somente indenização por perdas e danos;
- (D) pode exigir o valor de mercado do automóvel e indenização por perdas e danos;
- (E) pode exigir um novo automóvel, com as mesmas características do que foi roubado.

4. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Jurema comprou um carro de seu vizinho Clóvis pelo valor de R\$ 40.000,00, a serem pagos dali a uma semana. Ocorre que no dia do pagamento, Jurema disse a Clóvis que sofreu um imprevisto e não tinha condições de pagar o dinheiro prometido. Jurema então ofereceu a Clóvis, em lugar da prestação original, um colar de pérolas. Clóvis aceitou a proposta e recebeu o colar naquele mesmo momento, entregando-lhe o automóvel.

No caso, houve:

- (A) dação em pagamento;
- (B) novação;
- (C) compensação;
- (D) remissão;
- (E) confusão.

5. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Quando Renata celebrou contrato com Marcelo para a locação de um apartamento no centro de Aracaju, nada ficou acertado sobre as taxas condominiais.

Diante disso, Renata, na condição de locatária:

- (A) deverá celebrar novo contrato com Marcelo, pois o atual é nulo por falta de elemento essencial;
- (B) deverá arcar com a totalidade das despesas condominiais, que incumbem ao locatário;
- (C) deverá arcar somente com as despesas condominiais ordinárias, ficando a cargo do locador as despesas condominiais extraordinárias;
- (D) deverá arcar com metade das despesas condominiais, incumbindo ao locador arcar com a outra metade;
- (E) não deverá arcar com as despesas condominiais, que incumbem ao locador.

6. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Paulo e seu filho, Mário, sempre tiveram um relacionamento difícil. Em meio a uma discussão mais acalorada, Mário chegou a dar um soco no pai, e desde então nunca mais se falaram. Agora que Paulo morreu, seus outros filhos, irmãos de Mário, querem que ele seja excluído da sucessão por ter cometido agressão contra o pai.

A ofensa física de Mário ao falecido exclui Mário da sucessão de Paulo:

- (A) automaticamente, que fica privado de qualquer direito sucessório diretamente relacionado à herança de Paulo;
- (B) independentemente de sentença judicial, se Paulo determinou a deserção em testamento, indicando expressamente a sua causa;
- (C) após sentença judicial, em ação que só pode ser ajuizada por um dos demais herdeiros, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
- (D) após sentença judicial, em ação que pode ser ajuizada por qualquer interessado ou mesmo pelo Ministério Público, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
- (E) após sentença judicial, se Paulo determinou isso em testamento, indicando expressamente a causa da deserção, e se a veracidade dessa causa for provada por um dos demais herdeiros.

7. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Elvira deseja permitir que sua sobrinha Adriane resida em um dos imóveis que possui, pois a sobrinha não tem onde morar. Mas pretende evitar que Adriane colha qualquer fruto dele, por exemplo, dando-o em locação para terceiros e auferindo aluguel.

Para tanto, Elvira deve atribuir a Adriane, sobre o imóvel em questão, o direito real de:

- (A) propriedade;
- (B) habitação;
- (C) uso;
- (D) usufruto;
- (E) servidão.

8. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Rogério, 40 anos, e Priscila, 45 anos, vivem há quinze anos em união estável. O casal tem dois filhos e se preparam para a chegada do terceiro. No entanto, não celebraram contrato escrito acerca das questões patrimoniais envolvendo a sua união.

Nesse caso, deve ser aplicado o regime de:

- (A) comunhão parcial de bens;
- (B) comunhão universal de bens;
- (C) participação final nos aquestos;
- (D) separação legal de bens;
- (E) separação convencional de bens.

9. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Disputam a herança de Ademir: Isaías, pai de Ademir; Djalma, filho de Ademir; e Vilma, neta de Ademir e filha de Djalma.

A herança de Ademir deve ser recebida por:

- (A) somente Isaías;
- (B) somente Djalma;
- (C) Isaías e Djalma;
- (D) Djalma e Vilma;
- (E) Isaías, Djalma e Vilma.

10. (FGV - PROC J (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/2021)

Um casal de alemães veio visitar o Brasil e ficou sensibilizado ao conhecer uma organização que cuidava de crianças abandonadas. Decidiu que gostaria de levar uma criança para viver com eles na Alemanha, para criá-la e educá-la.

Nesse caso, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- (A) somente guarda;
- (B) somente tutela;
- (C) somente adoção;
- (D) guarda ou adoção;
- (E) tutela ou adoção.

11. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Juliano viveu uma vida de excessos e se preocupa em dar um fim útil ao considerável conjunto de bens que amealhou durante a sua vida. Por isso, deseja que, após a sua morte, 20% dos seus bens sejam destinados à instituição de uma fundação para fins de defesa, conservação e promoção do meio ambiente dos povos ribeirinhos.

A partir disso, é correto afirmar que:

- (A) se insuficientes para instituir a fundação, os bens deixados por Juliano deverão retornar ao monte a ser inventariado, a fim de que se faça a partilha;
- (B) para alterar o estatuto da fundação, a reforma deve ser deliberada por 2/3 dos competentes para gerir e representá-la e não desvirtuar ou contrariar o seu fim;

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.(FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Sobre a possibilidade de imposição de astreintes no processo penal, visando conferir efetividade às decisões judiciais, é correto afirmar que:

(A) no balizamento dos valores da multa coercitiva devem incidir aqueles decorrentes da penalidade por ato atentatório à dignidade da justiça;

(B) sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, deve o juiz aplicar multa, de acordo com a gravidade da conduta do réu e as circunstâncias concretas do caso submetido a processo e julgamento;

(C) a decisão que impõe medida cautelar emergencial de constrição de ativos financeiros mediante a utilização do sistema BacenJud é incompatível com o contraditório diferido e a posterior revisão da decisão;

(D) o Art. 139, IV, do Código de Processo Civil, que autoriza o juiz a determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, não tem aplicação ao processo penal;

(E) não viola o princípio do contraditório a constrição de numerário por meio do sistema BacenJud quando o devedor, após deixar de cumprir determinação judicial anterior e de realizar o pagamento de multa diária cominada, é alertado do risco de adoção de outras medidas cautelares.

2.(FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, o “poder geral de cautela”:

(A) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito às cautelares pessoais que, de alguma forma, restrinjam o direito de ir e vir da pessoa;

(B) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há incidência do princípio do procedimento tipificado;

(C) pode ser aplicado ao processo penal, não havendo restrição a ele, pois há incidência da teoria dos poderes implícitos, capacitando o juiz criminal a atuar de forma livre;

(D) não pode ser aplicado ao processo penal, pois há proibição decorrente do princípio do nemo tenetur se detegere e da vedação à analogia in malam partem;

(E) pode ser aplicado ao processo penal, havendo restrição a ele no que diz respeito ao procedimento probatório que, de alguma forma, afete o direito de defesa.

3.(FGV - ALUN OF (PM AM)/PM AM/2022)

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

A propósito do inquérito policial, é correto dizer que

(A) o delegado de polícia pode arquivar inquéritos policiais por ele instaurados.

(B) nos crimes de ação penal de iniciativa pública incondicionada, uma das formas de instauração do inquérito policial se dá pela requisição do Ministério Público.

(C) o inquérito policial é a única forma de investigação preliminar existente no processo penal brasileiro.

(D) o Código de Processo Penal prevê que o inquérito policial terá, em qualquer caso, duração de 20 dias.

(E) nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, o inquérito pode ser iniciado pelo delegado sem necessidade de representação.

4.(FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Quanto à investigação preliminar realizada sob a forma de inquérito policial, é correto afirmar que:

(A) ainda que no curso da investigação policial se realizem atos concretos de perturbação da liberdade jurídica do indivíduo, não há submissão a controle jurisdicional;

(B) gravidade e complexidade do fato investigado não são fatores que legitimam, por si sós, a duração alongada da investigação preliminar, ensejando constrangimento ilegal;

(C) a reforma do Código de Processo Penal pela Lei nº 12.403/2011 passou a prever, em hipóteses urgentes ou com risco de ineficiência da medida, que o juiz da causa poderá estabelecer cautelas, independentemente da oitiva antecipada do interessado, no curso da investigação;

(D) não há nulidade na juntada posterior de provas colhidas durante o inquérito, desde que a defesa seja intimada para se manifestar sobre elas antes da sentença;

(E) a jurisprudência dos Tribunais Superiores entende que é necessária a presença de advogado durante o interrogatório policial do réu.

5.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Ao sair de sua casa, em 17/05/2020, Miriam foi surpreendida por faixa anônima estendida na via pública com diversas ofensas à sua honra. Diante da humilhação sofrida, Miriam deixou o país e foi morar no exterior sem se interessar em descobrir o responsável pelos fatos. Em 03/01/2021, Miriam recebeu mensagem de Sandra, sua antiga vizinha, confessando ser ela a autora das ofensas, bem como esclarecendo que informou os fatos ao delegado de polícia, em razão de seu arrependimento.

Miriam entrou em contato com seu advogado, em 25/01/2021, para esclarecimentos jurídicos, informando que permanece no exterior.

O advogado deverá esclarecer naquela data que o crime praticado seria de injúria, de ação penal privada, logo:

(A) a abertura do inquérito policial poderá ser determinada pela autoridade policial, diretamente, mas a ação penal depende da iniciativa da vítima;

(B) a abertura do inquérito policial não poderá ser determinada pela autoridade policial nem requerida por Miriam, pois operou-se o prazo prescricional para representação;

(C) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, mas, se através de procurador, exigem-se poderes especiais;

(D) a inicial acusatória não poderá ser oferecida por Miriam, pois operou-se o prazo decadencial;

(E) a queixa-crime poderá ser oferecida por Miriam, pessoalmente ou por procurador sem poderes especiais.

6.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Concluídas investigações de inquérito policial, a autoridade policial indiciou Francisco, sem envolvimento anterior com o aparato policial ou judicial pela prática de crimes, como incurso nas sanções penais do delito de lesão corporal de natureza gravíssima (Art. 129, §2º, CP – pena: reclusão de 2 a 8 anos).

Tendo Francisco confessado formal e circunstancialmente a prática da infração penal na delegacia, o acordo de não persecução penal, no caso em tela:

(A) poderá ser proposto pelo delegado, considerando a confissão e a pena mínima cominada ao delito;

(B) não poderá ser proposto, diante da natureza do delito imputado;

(C) não poderá ser proposto, pois a pena máxima cominada é superior a quatro anos;

(D) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, considerando a pena cominada e a confissão em sede policial;

(E) poderá ser proposto pelo órgão ministerial, mas não pelo delegado, e, havendo concordância do indiciado e de sua defesa técnica, independerá de homologação judicial.

7.(FGV - JE TJAP/TJ AP/2022)

Assunto: Da Ação Civil ex delicto (arts. 63 a 68 do CPP)

Adalberto está sendo acusado de, ao conduzir seu veículo embriagado, ter atropelado e causado danos a Lucélia. Ele está sendo acionado na esfera criminal por conta das lesões que teria causado a ela.

Sobre sua obrigação de indenizá-la na esfera cível pelos danos sofridos, é correto afirmar que:

(A) ainda que condenado na esfera criminal, a quantificação do dever de indenizar depende de procedimento cível, tendo em vista a diversidade de requisitos entre o ilícito penal e o civil;

(B) a absolvição no âmbito penal impede que ele seja condenado no âmbito cível, se a sentença for fundada na inexistência do fato ou da autoria;

(C) a sentença penal absolutória fundada em excludente de ilicitude vincula o juízo cível, inviabilizando qualquer pretensão da vítima à indenização em face dele;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.(FGV - DP RJ/DPE RJ/2021)

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão:

- (A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;
- (B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;
- (C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;
- (D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;
- (E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de amici curiae. **oes/1630849**

2.(FGV - AFFC (CGU)/CGU/CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO/2022)

Em razão de indícios de irregularidades cometidas pelo gestor Caio, foi instaurado processo de fiscalização pela Controladoria-Geral da União.

Entendendo que o seu direito à ampla defesa não estava sendo observado, Caio intentou demanda para obter a invalidação judicial do processo administrativo, requerendo, a título de tutela provisória, a sua suspensão.

Tomando contato com a petição inicial, o juiz reputou presentes os requisitos legais para a concessão da liminar, determinando a suspensão do processo administrativo.

Vindo a tomar conhecimento do fato, Tício, outro gestor cuja atuação estava sendo fiscalizada pela Controladoria-Geral da União em processo administrativo distinto, entendendo que o seu direito à ampla defesa também havia sido violado, pleiteou o ingresso no polo ativo no feito em que Caio figurava como demandante, além da extensão, em seu favor, da tutela provisória originalmente concedida. Observando que o mesmo vício no processo administrativo respectivo parecia configurado, o juiz da

causa, após colher a manifestação de Caio a respeito do tema, admitiu o ingresso de Tício no feito, estendendo-lhe os efeitos da liminar e determinando a citação da parte ré.

Pode-se afirmar que essa decisão judicial está:

- (A) incorreta, por ser incompatível com o princípio do juiz natural;
- (B) incorreta, por ser incompatível com o princípio da publicidade dos atos processuais;
- (C) correta, por ser compatível com o princípio da isonomia;
- (D) correta, por ser compatível com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (E) correta, por ser compatível com o princípio da primazia da solução do mérito.

3.(FGV - ESTAG (MPE BA)/MPE BA/DIREITO/2022)

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as fartas provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
- (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

4.(FGV - JE TJMG/TJ MG/2022)

Em relação à cooperação nacional, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Permite a centralização de processos repetitivos.
- (B) Permite atos de julgamento do mérito.
- (C) Sempre depende de carta precatória.
- (D) Dispensa pedido entre juízes.

5.(FGV - JE TJPR/TJ PR/2021)

Sobre a cooperação nacional e internacional, é **correto** afirmar que:

- (A) a cooperação jurídica internacional terá por objeto medidas judiciais, ficando excluídas as medidas extrajudiciais;
- (B) na cooperação jurídica internacional, a publicidade dos atos processuais praticados no Brasil deverá observar as hipóteses de sigilo da legislação nacional, sendo irrelevantes as situações previstas na legislação do Estado requerente;
- (C) compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional;
- (D) os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir no estabelecimento de procedimento para a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas;
- (E) o pedido de cooperação judiciária não pode abranger atos relacionados à facilitação de habilitação de créditos na falência.

6.(FGV - DP RJ/DPE RJ/2021)

Ao participar de um processo seletivo, Renata recebe a informação de que seu CPF se encontra suspenso em razão de determinação da Secretaria da Receita Federal. Assim, procura o referido órgão público para tentar resolver a questão e descobre que consta como sócia da empresa XX Ltda. que se localiza no interior do Estado, empresa essa que figurava como executada em diversas execuções fiscais relativas a tributos federais. Renata nunca ouviu falar dessa empresa. Ela trabalha como caixa de supermercado, recebendo a quantia de 1 salário mínimo por mês, e procura o Núcleo da Defensoria Pública da Comarca em que reside. O(A) Defensor(a) Público(a) que lá atua obtém o contrato social da empresa XX Ltda. e verifica que Renata consta como sócia, junto com Marcos, Henrique e Guilherme (pessoas que também não conhece), havendo, inclusive, uma assinatura não reconhecida por Renata no contrato social. A Comarca em questão é de juízo único e não há sede da Justiça Federal na localidade, somente a 50 quilômetros de distância.

Para solucionar a questão relativa à suspensão do CPF de Renata, o(a) Defensor(a) Público(a) deverá ajuizar ação:

- (A) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre Renata e a empresa;
- (B) sob o procedimento especial, perante a Justiça Estadual, em face de Marcos, Henrique e Guilherme, objetivando a dissolução da sociedade;

(C) sob o procedimento comum, perante a Justiça Federal, objetivando a declaração de inexistência de débito entre Renata e a União Federal;

(D) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, objetivando que Marcos, Henrique e Guilherme sejam condenados ao pagamento do tributo em questão;

(E) perante o Juizado Especial Cível na Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a nulidade do contrato social da empresa em razão de manifesta fraude.

7.(FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/JURÍDICO/2022)

Maria, mãe de Joaquim, de 8 anos, deseja ingressar em juízo objetivando requerer alimentos em face do pai e ex-cônjuge, Bruno, considerando que o filho do então casal reside apenas com ela e, até o presente momento, Bruno não estava auxiliando com as despesas do filho.

Nesse sentido, em razão da incapacidade civil absoluta de Joaquim, a teor do Art. 3º do Código Civil, Maria ingressa com a demanda em seu nome. Nesse cenário,

(A) a demanda prosseguirá normalmente, tendo em vista a incapacidade civil e processual de Joaquim para ingressar em juízo, conforme art. 70 do Código de Processo Civil.

(B) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, considerando que Maria deveria ingressar somente em nome de Joaquim, o único destinatário da obrigação de prestar alimentos, cabendo ao juízo a designação de curador especial.

(C) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, pois, nos termos do art. 71 do Código de Processo Civil, a demanda deveria ser peticionada em nome de Joaquim, mas representado por Maria.

(D) a demanda deverá ser editada para que prossiga normalmente, pois em razão da incapacidade absoluta de Joaquim, a demanda deve ser representada pelo advogado, devidamente constituído perante a Ordem dos Advogados do Brasil ou por curador especial designado pelo juízo.

(E) a demanda prosseguirá normalmente, tendo em vista que a incapacidade civil absoluta de Joaquim impõe que a demanda seja ajuizada em nome daquele que a representa, no caso sua genitora.

8.(FGV - TJ (TJ RO)/TJ RO/2021)

Menor, com 16 anos de idade, intentou ação indenizatória em face do condutor do veículo que o havia atropelado, causando-lhe lesões corporais.

Para tanto, o autor outorgou instrumento de mandato ao advogado contratado para lhe patrocinar a causa, sem estar assistido pelo representante legal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Naturalisticamente, o termo defesa consiste na oposição a um perigo de dano (ofensa), compreendendo-se como reação a uma agressão. Defender-se é oferecer resistência. No âmbito normativo, invoca-se a terminologia defesa em perspectivas bastante diversas, que vão desde as ações de defesa pessoal à defesa da ordem constitucional e do regime democrático.

Textualmente, a Constituição da República de 1988 utiliza-a nos planos:

- (A) político-administrativo, das liberdades públicas e garantias fundamentais e institucional;
- (B) principiológico-institucional, político-constitucional e das liberdades públicas e garantias fundamentais;
- (C) político-normativo, axiológico e dos direitos e garantias individuais;
- (D) político-principiológico, administrativo-institucional e dos direitos e garantias individuais.

2. (FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Após uma revolução que culminou com a derrubada do regime anterior, o grupo político dominante do País Alfa resolveu solicitar que uma comissão de notáveis elaborasse um projeto de Constituição, submetendo-o, ato contínuo, a referendo popular. A Constituição assim elaborada buscou conciliar inúmeras correntes políticas aparentemente opostas entre si e direcionar as políticas públicas a serem adotadas para a implementação dos direitos sociais, além de ter exigido um procedimento qualificado para a reforma de parte de seus comandos, considerados materialmente constitucionais, enquanto a outra parte poderia ser alterada com observância do mesmo procedimento afeto à lei ordinária. Por fim, observa-se que essa Constituição era demasiado extensa.

A Constituição assim descrita é classificada como

- (A) bonapartista, compromissória, de garantia, rígida e sintética.
- (B) cesarista, compromissória, dirigente, semirrígida e analítica.
- (C) bonapartista, ortodoxa, dirigente, semirrígida e analítica.

(D) cesarista, pragmática, dirigente, semirrígida e sintética.

(E) outorgada, eclética, de garantia, flexível e analítica.

3. (FGV - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2021)

Antônio, renomado professor de direito constitucional, foi procurado por um estudante para que analisasse a constitucionalidade de determinada norma. Na ocasião, o estudante expôs ao professor que, ao seu ver, o texto normativo e a norma não apresentavam uma relação de sobreposição, o que conferia especial relevância à atividade intelectual conduzida pelo intérprete na atribuição de significados aos significantes interpretados. Afinal, sempre que dois ou mais significados pudessem ser atribuídos ao mesmo significante, caberia ao intérprete resolver as conflitualidades intrínsecas da norma constitucional, que refletem justamente a oposição entre grandezas argumentativamente relevantes, e decidir qual deles deveria preponderar, de modo a individualizar a norma.

Ao concordar com a explicação do estudante, o professor concluiu, corretamente, que essa era uma das razões pelas quais:

- (A) as escolas formalistas clássicas tinham conquistado elevada importância, pois valorizavam o papel da hermenêutica, sem descurar da segurança jurídica;
- (B) deve ser admitida a formulação de pedido, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, de declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto;
- (C) a estática textual ganha dinamismo com a realidade, mas apenas no processo de individualização das normas principiológicas, que apresentam maior permeabilidade aos valores;
- (D) a mutação constitucional não se ajusta às normas-regra, já que estas últimas apresentam reduzida mobilidade semântica, comprimindo, ao ponto de suprimir, o espaço decisório do intérprete;
- (E) a interpretação conforme a Constituição, realizada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, pressupõe a declaração de nulidade da parte do texto que dá origem à norma dissonante da ordem constitucional.

4. (FGV - GP (PREF PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021)

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- (A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- (C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- (D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- (E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

5. (FGV - ACE (TCE-PI)/TCE-PI/ENGENHARIA/2021)

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontestável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

6. (FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

João foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, pela prática de crime, (1) à pena privativa de liberdade; (2) à pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços em um abrigo de idosos; (3) a reparar o dano causado à vítima; e (4) a perder os bens adquiridos ilícitamente. Poucos dias depois, João faleceu.

Nesse caso, à luz da ordem constitucional, uma vez preenchidos os requisitos legais e observados os limites estabelecidos, podem ser transmitidas aos herdeiros de João as consequências descritas:

- (A) somente em 1 e 2;
- (B) somente em 1 e 3;
- (C) somente em 3 e 4;
- (D) somente em 2, 3 e 4;
- (E) em 1, 2, 3 e 4.

7. (FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022)

A Lei nº XX previu, como política assistencial, que as pessoas com renda familiar per capita inferior a determinado percentual do salário mínimo fariam jus a uma cesta básica. Apesar de Joana ter preenchido todos os requisitos para o recebimento da cesta básica, e dela necessitar, o diretor da repartição pública responsável pela distribuição proferiu decisão negando a sua entrega, sob o argumento de que ela não aparentava ser necessitada.

Como a decisão era manifestamente ilegal, Joana procurou a Defensoria Pública, munida da decisão proferida pelo diretor, e solicitou o ajuizamento da ação constitucional cabível para que fosse determinada a entrega da cesta básica.

Essa ação é

- (A) o habeas data.
- (B) a ação popular.
- (C) o mandado de injunção.
- (D) o mandado de segurança.
- (E) o mandado constitucional de entrega.

8. (FGV - OF (PM PB)/PM PB/2021)

Maria compareceu a uma repartição pública estadual para ter acesso a determinado direito social. Ao chegar ao local, foi informada de que não poderia fruir o direito em razão do calendário definido pela autoridade competente, já que as pessoas residentes em sua localidade somente fruiriam o direito em momento futuro. Como o seu endereço residencial estava incorreto, Maria requereu, formalmente, a sua retificação pela autoridade competente, o que foi negado de maneira manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa, apesar de ter sido apresentada prova documental do endereço correto.

A ação constitucional que pode ser utilizada por Maria para a retificação dos seus dados é o:

- (A) habeas data, que é gratuito;
- (B) direito de petição, que é gratuito;
- (C) mandado de segurança, que é gratuito;
- (D) habeas data, sendo devido o pagamento de custas;
- (E) mandado de segurança, sendo devido o pagamento de custas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FGV - AUX POL NEC (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

João é auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa e está lotado no Instituto Médico Legal. No exercício de suas funções, João recebeu o cadáver de um homem para limpeza e preparo para a autópsia. Ao abrir o invólucro onde o corpo estava acondicionado, João imediatamente reconheceu que o corpo era de seu vizinho José, seu desafeto de longa data. Tendo em vista que João também se considera inimigo de toda a família do agora falecido José e com o objetivo de prejudicar os parentes de seu vizinho, o policial resolveu atrasar ao máximo a autópsia do cadáver e deixou o corpo em local impróprio, por prazo muito superior ao previsto nas normas aplicáveis.

Agindo da forma antes narrada, João violou diretamente o princípio expresso da administração pública da:

- (A) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos;
- (B) moralidade, pois, como conhece a família do falecido, deveria ter dado prioridade para a conclusão da perícia;
- (C) impessoalidade, pois deve agir na busca do interesse da coletividade, sem beneficiar nem prejudicar alguém em especial;
- (D) finalidade, pois deve conciliar seu interesse particular com o público, de maneira a não prejudicar seus desafetos ou os familiares destes;
- (E) continuidade, pois, como é inimigo do falecido e de sua família, deveria ter pedido a um estagiário para prosseguir com as atividades de preparo do corpo.

2.(FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022)

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Em matéria de ato administrativo, competência administrativa pode ser definida como a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são características da competência administrativa:

- (A) imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- (B) indelegável, irrenunciável e prorrogável;
- (C) indisponível, indelegável e renunciável;
- (D) imprescritível, prorrogável e renunciável;
- (E) indelegável, prorrogável e imprescritível.

3.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Diante do acúmulo de serviço em razão da grande demanda em sua competência originária e com o objetivo de conferir maior eficiência e celeridade em questões administrativas, o Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa praticou ato administrativo delegando sua competência para a Secretaria Executiva de Polícia decidir recursos administrativos hierárquicos.

O mencionado ato de delegação é:

- (A) inválido, porque os atos previstos como de competência do Delegado-Geral não podem ser delegados, em respeito ao poder hierárquico;
- (B) inválido, porque a legislação proíbe expressamente a delegação de decisão de recursos administrativos;
- (C) lícito, porque a competência administrativa é imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- (D) lícito, porque a competência é delegável, exceto nos casos de competência exclusiva definida em lei;
- (E) lícito, porque a competência é delegável, exceto para a edição de atos normativos.

4.(FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Convalidação e Conversão dos atos administrativos

João, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, praticou ato administrativo relacionado à organização do Setor de Investigações da delegacia onde exerce a função de chefe. Tal ato era de competência do Delegado Titular, que tem interesse em manter o ato exatamente como foi praticado por João.

No caso em tela, tendo em vista que não houve prejuízo a terceiros interessados e que o interesse público recomenda a manutenção do ato, o Delegado Titular

(A) não poderá ratificar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá revogar o ato anterior e praticar outro equivalente.

(B) não poderá confirmar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá anular o ato anterior e praticar outro equivalente.

(C) poderá retificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de forma, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.

(D) poderá convalidar o ato, mediante a confirmação, pois se trata de vício sanável de competência, e o conserto do ato gera efeitos ex tunc.

(E) poderá ratificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de autoridade, e o conserto do ato gera efeitos ex nunc.

5.(FGV - DP MS/DPE MS/2022)

Assunto: Teoria dos Motivos Determinantes

João, observadas as formalidades legais, firmou ato de permissão de uso de bem público com o Estado Alfa, para instalação e funcionamento de um restaurante em hospital estadual, pelo prazo de 24 meses. Passados seis meses, o Estado alegou que iria instalar uma nova sala de UTI no local onde o restaurante está localizado, razão pela qual revogou unilateralmente a permissão de uso. Três meses depois, João logrou obter provas irrefutáveis no sentido de que o Estado não instalou nem irá instalar a UTI no local. Inconformado, João buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, pretendendo reassumir o restaurante.

Ao elaborar a petição judicial, o defensor público informou a João que pleitear judicialmente a invalidação da revogação do ato de permissão é:

(A) inviável, por se tratar de ato precário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;

(B) inviável, por se tratar de ato discricionário, mas cabe o ajuizamento de ação indenizatória diante da extinção da permissão antes do prazo previsto;

(C) viável, eis que, com base no princípio da continuidade dos serviços públicos, João tem direito de explorar o restaurante no prazo acordado, ainda que, de fato, o Estado Alfa fosse instalar a UTI no local;

(D) viável, eis que, apesar de ser um ato discricionário, aplica-se a teoria dos motivos determinantes, de maneira que o Estado está vinculado à veracidade do motivo fático que utilizou para a revogação.

6.(FGV - ANA ESP (IMBEL)/IMBEL/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2021)

Assunto: Poder Vinculado e Discricionário

A discricionariedade administrativa refere-se à maneira pela qual a Administração Pública utiliza seu poder para exercer atos administrativos com a finalidade de atender ao interesse público. Em relação ao conceito de discricionariedade administrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) É a liberdade do administrador de tomar determinadas decisões, desde que esteja nos limites da lei.

(B) É a expansão do ato administrativo por agentes putativos, em consonância com o arcabouço legal.

(C) É a ação realizada com desrespeito à ordem jurídica vigente, em função de um viés pessoal.

(D) É a permissão da execução de ato pela administração, sem recorrer ao Poder Judiciário.

(E) É a vinculação de ato administrativo à lei, sem possibilidade de questionamento.

7.(FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)

Assunto: Poder Disciplinar

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

(A) de polícia.

(B) de perícia.

(C) hierárquico.

(D) disciplinar.

(E) regulamentar.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/questoes/1975369